



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ETP - PARA OBRAS, BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA OBRAS, BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE E DEMANDANTE

1.1 Unidade Solicitante: Assessoria de Engenharia (ASSENGE).

1.2 Unidade Demandante: Assessoria de Engenharia (ASSENGE).

2. OBJETO A SER CONTRATADO

2.1 O objetivo dos presentes ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP) é a caracterização da demanda por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a escolha de solução adequada a ser descrita no Projeto Básico e Executivo que irá orientar o procedimento para contratar a execução da obra de Ampliação e Reforma do Fórum Eleitoral de Vilhena-RO, à luz do disposto no arts. 6º, incs. XIII e XX, 18, inc. I e §§ 1º e 2º, e 23, § 2º, todos da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1 Os estudos técnicos preliminares aqui relatados tem por objeto a contratação da execução das obras de ampliação e reforma, adequação e modernização das instalações físicas e sistemas prediais do edifício do Fórum Eleitoral de Vilhena-RO, conforme descrição resumida abaixo:

2.1.1.1 Descrição resumida:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QUANT	CATSER
01	Obras de ampliação e reforma, contemplando as adequações e modernizações das instalações físicas e de sistemas prediais do prédio do Fórum Eleitoral de Vilhena da Justiça Eleitoral em Rondônia, situado à Rua 545, nº 495 - Jardim América, Porto Velho/RO, particularmente para reforma, ampliação e readequações arquitetônicas da imóvel para as adequações físicas de layouts e de instalações prediais, como também do depósito de urnas, central de atendimento ao eleitor, do acesso ao estacionamento, atividades com observância às normas de acessibilidade das instalações prediais.	UNID	1	1627

2.2 OPÇÃO PELO REGISTRO DE PREÇOS

2.2.1 A contratação não se enquadra nas hipóteses de utilização do sistema de registro de preços previstas no Decreto n.º 7.892/2013.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.3 MODELAGEM DE RITOS PROCEDIMENTAIS

2.3.1 A partir do disposto na Lei nº 14.133, de 2021, pode-se levantar que há diversas possibilidades de modelagens dos ritos procedimentais a serem adotados no processo de licitação para contratação, a partir da natureza do objeto e das condições gerais da contratação, as quais podem ser resumidos na tabela abaixo:

MODALIDADES	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	FORMA	MODO DE DISPUTA	ORDEM DAS FASES	ORÇAMENTO
<ul style="list-style-type: none">• Pregão• Concorrência• Diálogo competitivo	<ul style="list-style-type: none">• Menor preço• Maior desconto• Melhor técnica• Técnica e preço• Maior retorno econômico	<ul style="list-style-type: none">• Eletrônica• Presencial	<ul style="list-style-type: none">• Aberto• Fechado• Aberto - fechado• Fechado-aberto	<ul style="list-style-type: none">• Proposta-habilitação• Habilitação-proposta	<ul style="list-style-type: none">• Público• Sigiloso



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.3.2 Propõe-se que a modelagem técnica, gerencial e legalmente adequada para o processo de licitação para contratação da execução das obras em tela deverá ser:

2.3.2.1 modalidade: **concorrência**;

2.3.2.2 critério de julgamento: **menor preço**;

2.3.2.3 forma: **eletrônica**;

2.3.2.4 ordem das fases: **normal, ou seja, proposta-habilitação**;

2.3.2.5 orçamento: **público**.

2.4 JUSTIFICATIVA DA MODELAGEM CONSTANTE NO ITEM 2.3

2.4.1 **modalidade de concorrência**, deve-se à natureza do objeto da futura contratação que se enquadra na categoria de obra de engenharia, sendo vedada a utilização do pregão (art. 29, parágrafo único, Lei 14.133, de 2021) e não aplicável o diálogo competitivo por não ser objeto que preencha os requisitos legais para sua aplicação (art. 32, Lei 14.133, de 2021);

2.4.2 **julgamento por menor preço**, trata-se de obra com todos os parâmetros mínimos de qualidade e execução e orçamento-base detalhado, bem como de natureza comum ao mercado, justifica-se a utilização de critério de julgamento que buscar escolher o futuro contratado por meio do menor dispêndio à Administração (art. 34, Lei 14.133, de 2021);

2.4.3 **forma eletrônica**, não há presente qualquer elemento ou condição que justifique a não realização eletrônica da futura licitação, de sorte que se justifica, a contrário sensu, a forma realização da concorrência na forma eletrônica (art. 17, § 2º, Lei 14.133, de 2021);

2.4.4 **modo de disputa aberto-fechado**, tratando-se de licitação por menor preço, a partir do disposto no § 1º do art. 56 da Lei 14.133, de 2021, vedada a utilização isolada do modo de disputa fechado; neste caso, não há presente qualquer temor razoável



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de que existam poucos concorrentes em uma licitação dessa magnitude promovida pela União, na forma eletrônica, de forma que inexistente justificativa para aplicação dos modos de disputa aberto ou fechado-aberto; a contrário sensu, justifica-se a modelagem do rito com o modo de disputa aberto-fechado no qual todos os licitantes podem apresentar lances (independente de suas propostas iniciais) e concorrerem livre e abertamente entre si durante a etapa aberta de disputa, visando reduzir ao máximo suas propostas para fins de participar da etapa fechada (art. 56, Lei 14.133, de 2021, c/c art. 24, IN SEGES/ME nº 73, de 2022);

2.4.5 ordem normal de fases (**proposta-habilitação**), inexistente razão plausível e quaisquer ganhos pontenciais na adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133, de 2021, de forma que, a contrário sensu, resta justificada a adoção da ordem normal de fases na qual primeiro se julga a proposta para, posteriormente, julgar-se a habilitação apenas em relação ao licitante com a proposta julgada vencedora; e,

2.4.6 **orçamento não sigiloso**, não há presente elementos técnicos e de ordem prática que justifiquem adotar o sigilo no orçamento-base (art. 24, Lei 14.133, de 2021).

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A necessidade da presente contratação justifica-se objetiva e claramente em razão da obrigação que recai sobre o gestor da Instituição de garantir a execução das ações aprovadas no Plano de Obras 2021/2023 (Resolução nº 08/2023 - [0988879](#)) e detalhadas analiticamente no Anexo I - TSE, na LOA 2023, bem como da viabilização, no menor prazo possível, da implantação das reformas, adequações e modernizações de instalações físicas e sistemas prediais essenciais à prestação dos serviços administrativos e jurisdicionais da Justiça Eleitoral no município de Vilhena-RO.

3.2 A partir disso, e considerando a complexidade das presentes demandas e a impossibilidade de execução direta das obras necessárias por completa falta de profissionais especializados e de mão de obra profissional em quantidade e qualificação adequadas no quadro deste Tribunal, justifica-se técnica, gerencial e legalmente a necessidade da contratação ora proposta,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

visando buscar na iniciativa privada equipe qualificada de profissionais e mão de obra em quantidade suficiente para realizar o escopo contratual no prazo previamente pactuado; some-se a isso, o fato que deve-se buscar contratar em particular com expertise técnica, capacidade logística e capacidade econômico-financeira para fins de execução regular das obras que compõem o escopo da futura contratação.

3.3 A obra se dará em conformidade com o previsto no projeto básico, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, que serão elaborados em momento oportuno pela unidade de Engenharia.

3.4 A empresa contratada deverá ser responsável por toda a ampliação e reforma (documentação, serviços e materiais), conforme previstos no Projeto Básico e seus anexos.

3.5 Pela necessidade de execução de alguns serviços específicos, poderá haver a subcontratação desses serviços nos moldes do mercado da construção civil em vigor, como por exemplo forro e esquadrias. Os serviços especializados a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela empresa contratada de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

3.6 Outros serviços necessários à completa solução da reforma e ampliação pretendida e não previstos na planilha orçamentária poderão ser incluídos ao contrato por meio de termo aditivo, observando a legislação vigente.

3.7 LEVANTAMENTOS DAS SOLUÇÕES DE MERCADOS:

SOLUÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	OBSERVAÇÕES
Aquisição direta de equipamentos e materiais necessários à	Solução com potencial menor custo; garantia	Solução com maior dispêndio burocrático com inúmeros processos de	SOLUÇÃO POUCO RECOMENDÁVEL - Solução não recomendável em razão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obra e contratação por execução indireta por empreitada de lavor	potencial de melhor qualidade; etc	contratação; dificuldades de gerenciamento de mais de uma contratação para a mesma finalidade; etc	da menor eficiência burocrática e dificuldades de gestão de duas contratações com empresas distintas para a mesma finalidade.
Execução indireta completa das obras de reformas, adequações e modernizações e ampliação do Fórum Eleitoral de Vilhena por meio de contratação de empreitada de lavor e de materiais	Solução com alta confiabilidade, segurança e eficiência na execução; menor custo burocrático com a realização de única contratação; facilidade de gestão e fiscalização; etc	Solução com custo um pouco maior; etc.	SOLUÇÃO RECOMENDÁVEL - Solução recomendável em razão da maior eficiência burocrática e melhor gestão contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.7.1 A contratação de empresa de engenharia para realização de obras e serviços de engenharia é prática corriqueira no mercado, que possui diversas empresas aptas à realização dos serviços, não sendo identificada outra solução viável para a execução da reforma e ampliação pretendida.

3.7.2 No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções. Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

3.7.3 Ademais, não é dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região.

3.7.4 A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

3.7.5 Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para a realização das obras destinadas à reforma e ampliação do Fórum Eleitoral do Vilhena, com fornecimento de mão de obra e materiais, mostra-se como a solução mais adequada e viável para atingir os escopos previstos para essa contratação.

3.7 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos, de forma geral, consistem em obter, dentro do prazo dimensionado no cronograma da obra, um prédio amplo e reformado para abrigar Fórum Eleitoral de Vilhena, com tecnologias construtivas modernas, equipado de forma eficaz com tecnologias ambientais equipamentos e instalações que garantam acessibilidade aos usuários e público interno, inclusive com atuação no entorno da nova sede, na forma da legislação que deverá ser observada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contemplando as necessidades apontadas no item 7.1.

3.8. CARACTERIZAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTOS CONTÍNUOS

Serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

(X) Não se aplica.

() Sim - Justificativa:

4. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DO TRIBUNAL

4.1 Conforme item 6 do **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)** ([1027182](#)).

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

5.1 item 38 do anexo - Plano de Contratações Anual 2023 ([0903526](#)), **PORTARIA Nº 344/2022 - PRES/DG/GABDG** ([0906705](#)).

6. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1 Realizando-se levantamentos pretéritos de outras contratações semelhantes realizadas pelo TRE-RO, pode-se destacar a recente contratação por licitação da empresa MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ sob nº 15.706.238/0001-04, Contrato nº 01/2022 ([0783288](#)) (Processo Administrativo SEI nº [0003158-69.2021.6.22.8000](#)), objetivando a execução da AMPLIAÇÃO E A REFORMA DOS FÓRUNS ELEITORAIS DOS MUNICÍPIOS DE ESPIGÃO DO OESTE/RO E OURO PRETO DO OESTE/RO, que incluirão as reformas gerais das edificações, com a ampliação das áreas construídas, alteração de layout dos ambientes existentes, melhorias de acessibilidade arquitetônica e harmonização das fachadas, a qual poderá servir de base e experiência pretérita para fins de realização da presente contratação.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 PLANO DE NECESSIDADE

7.1.1 Adequar a edificação às normas de acessibilidade - NBR 9050.

7.1.2 Conservar e recuperar a capacidade funcional do edifício – NBR 5674.

7.1.3 Adequar layout para ampliar o depósito e as instalações do Fórum Eleitoral de Vilhena-RO.

7.1.4 Substituir piso e revestimentos internos que se encontram fora do padrão do TRE, além de apresentarem desgaste natural devido ao tempo de uso.

7.1.5 Instalação de brises na fachada seguindo a identidade visual adotada nas últimas reformas de outros Fóruns Eleitorais.

7.1.6 Instalar cobertura interligando o prédio principal ao prédio anexo.

7.2 REQUISITOS TÉCNICOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3 Execução por empresa especializada em engenharia/arquitetura.

7.4 Execução com o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios.

7.3 CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE:

7.3.1 Da restrição de qualificação técnica na seleção do particular:

7.3.1.1 Justifica-se as exigências objetivas de qualificação técnica como requisito de seleção do futuro contratado no sentido de garantir que as obras sejam executados com a necessária e adequada habilitação técnica, quer com a exigência de capacidade técnico-profissional a partir da indicação de profissional devidamente qualificado e registrado no CREA, quer por meio da capacidade técnicooperacional aferida com base em atestados de serviços prestados preteritamente pelo licitante que demonstram sua expertise técnica e operacional para execução da futura contratação. Não sendo assim, certamente estaria aberta a possibilidade de a Administração contratar particular que, por falta absoluta ou relativa de capacidade, viesse a acarretar prejuízos ao erário e riscos incompatíveis com a tutela do interesse público.

7.3.1.2 Justifica-se, ainda, as exigências objetivas de comprovação de capacidade econômico-financeira por parte do futuro contrato no sentido de garantir que haja disponibilidade efetiva de recursos financeiros para tocar a execução sem comprometer prazos e condições de contratação; obviamente, obra não se execução sem a devida disponibilidade de recursos financeiros por parte do empreiteiro que deverá dispor de recursos ou crédito para realização as aquisições de materiais/equipamentos, como também para pagamento de serviços, profissionais e mão de obra envolvidas na execução sem depender do recebimento do valores decorrentes do contrato, ao menos, durante 60 DIAS (cf. art. 137, § 2º, inc. IV, Lei nº 14.133, de 2021).

7.4 NATUREZA DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.4.1 O objeto é classificado como obra, conforme inciso XII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

7.4.2 A Orientação Técnica nº IBR-002/2009, do IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas a OT do IBRAOP Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, especifica que reformar consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual, desta forma é possível classificar o objeto desta contratação como obra de reforma.

- | 3. | DEFINIÇÃO | DE | OBRA |
|-----|--|----|------|
| | Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66. | | |
| | Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se: | | |
| 3.1 | - Ampliar: produzir aumento na área construída de uma edificação ou de quaisquer dimensões de uma obra que já exista. | | |
| 3.2 | - Construir: consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova. | | |
| 3.3 | - Fabricar: produzir ou transformar bens de consumo ou de produção através de processos industriais ou de manufatura. | | |
| 3.4 | - Recuperar: tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra retome suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços. | | |
| 3.5 | - Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual., | | |

7.5 REGIME DE EXECUÇÃO

7.5.1 Considerando tratar-se de obra de reforma, o regime de execução será o de empreitada por preço unitário, onde a remuneração da contratada é feita em função das unidades de serviço efetivamente executadas, após o período de medição e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada, utilizando os preços previamente definidos na planilha orçamentária da obra, conforme Acórdão TCU 1977/2013 – Plenário:

a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;

7.5.2 Portanto, considerando a natureza do escopo contratual, e considerando o disposto no PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO, a execução dos serviços deverá ser INDIRETA, pelo regime de PREÇO UNITÁRIO.

7.6 VISTORIA

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da obra em questão, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, nos termos do parágrafo 2º, 3º e 4º do inciso IV do Art. 63 da Lei 14.133/2021.

Poderá ser apresentado declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme previsto no §3º, art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

7.7 DURAÇÃO DO CONTRATO

7.7.1 Prazo de execução da obra 120 (cento e vinte) dias.

7.7.2 Em razão do prazo de obra e dos procedimentos necessários à regularização da documentação pós-obra, a vigência inicial do contrato será de 12 meses.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.7.3 Por se tratar de contratação por escopo, definida no inciso XVII do Art. 6 da lei 14.133/2021, na hipótese da não conclusão do objeto no período firmado no contrato a vigência será automaticamente prorrogada pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme Art. 111 da lei 14.133/2021.

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

7.8 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.8.1 Como estratégias sustentáveis deverão ser seguidos as recomendações do Plano de Logística Sustentável 2021 - 2026 do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([1001652](#)), bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7.9 NORMAS QUE REGULAMENTAM A CONTRATAÇÃO

7.9.1 Fazendo-se levantamento da legislação e normas técnicas aplicáveis contratações de serviços técnicos especializados na área de sistemas prediais, podemos destacar essencialmente:

TIPO	DENOMINAÇÃO	FINALIDADE
LEI	LEI Nº 14.133/2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
	LEI COMPLEMENTAR nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei n o 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
	LEI Nº 5.194/1966	Regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, e dá outras providências.
	LEI Nº 6.496/1977	Institui a " Anotação de Responsabilidade Técnica " na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências.
	LEI Nº 12.378/2010	Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Federal - CAUs; e dá outras providências.
DECRETO	DECRETO Nº 9.507/2018	Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
	DECRETO Nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
	DECRETO Nº 7.983/2013	Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO CNJ Nº 114/2010	Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário.
	RESOLUÇÃO CNJ Nº 400/2021	Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário
	RESOLUÇÃO TSE Nº 23.474/2016	Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais.
INSTRUÇÃO NORMATIVA (IN)	IN SEGES/ME Nº 65/2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
	IN SEGES/MPDG N° 05/2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
	IN SEGES/ME N° 91/2022	Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
	IN SEGES/ME N° 98/2022	Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		fundacional.
	IN PRES/GABPRES Nº 04/2023	Instituir, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), o regime jurídico da Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) para estabelecer a aplicação de suas regras e procedimentos às contratações realizadas mediante procedimento licitatório, sem prejuízo da observância de todos os demais dispositivos previstos nessa norma em relação a tais procedimentos.
ORIENTAÇÃO TÉCNICA (OT)	OT - IBR 001-2006 - IBRAOP	Projeto básico
	OT - IBR 002-2009 - IBRAOP	Obras e serviços de engenharia
	OT - IBR 004 - 2012 - IBRAOP	Precisão do orçamento de obras públicas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.9.2 O rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, a execução dos serviços e obras de construção, reforma ou ampliação deve sempre atender às normas e práticas complementares, em especial:

7.9.2.1 Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

7.9.2.2 Instruções e resoluções dos órgãos do sistema Confea e CAU;

7.9.2.3 Normas técnicas da ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

7.10 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

7.10.1 Será exigido do licitante adjudicatário a prestação de garantia de execução do contrato, nos moldes dos artigos 59 e 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

7.11 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.11.1 O objeto do presente instrumento, será formalizado por meio de Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas, todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital de licitação, o Projeto Básico e a Proposta de Preços da empresa vencedora.

7.11.2 Deverão ser cumpridas, com o que está estipulado em contrato, todas as normas inerentes à execução de obras e serviços de engenharia, normas do CREA/CAU, legislação municipal e demais normativos relacionados ao objeto.

7.11.3 A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do Contratante com atribuições específicas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.11.4 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.11.5 A execução dos serviços será iniciada conforme previsto na Ordem de Serviço.

7.11.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.11.7 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente do contratante, para adoção das medidas cabíveis.

7.11.8 Mecanismos de comunicação:

7.11.8.1 O meio de comunicação principal para tratar de assuntos técnicos relacionados à obra será o Diário de Obras.

7.11.8.2 Para tratativa de assuntos administrativos e assuntos técnicos que requeiram atenção imediata quando o fiscal não estiver na obra, serão utilizados telefone, mensagens online, correio eletrônico, reuniões e correspondências (Solicitação de esclarecimentos/ providência e Ofícios).

7.12 A FORMA DE AFERIÇÃO/MEDIÇÃO DO SERVIÇO:

7.12.1 A avaliação da qualidade dos serviços será realizada por meio de verificações realizadas pelo Fiscal Técnico e a medição dos serviços será realizada através de quantificação da execução no local da obra.

**7.13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
(PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES)**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<input type="checkbox"/> Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação	
<input type="checkbox"/> Instalação elétrica	
<input type="checkbox"/> Instalação lógica	
<input type="checkbox"/> Alteração de <i>layout</i>	
<input type="checkbox"/> Outra	
<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

8.1 A relação da demanda prevista e as quantidades de cada item a ser contratado, esta advirá do levantamento in loco dos serviços realizados pela unidade técnica do Tribunal, desconsiderando os serviços realizados e incorporando no escopo melhorias relacionadas a eficiência predial e energética da edificação. Observando nos projetos básico e executivo a base no plano de necessidade e nos levantamentos detalhados de quantitativos de insumos e serviços, realizados pelo corpo técnico da unidade de engenharia do Tribunal, com base nos projetos, resultando no orçamento completo da obra e no valor final de referência da contratação.

8.2 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.3 A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI. Aqueles custos não encontrados no SINAPI deverão ser obtidos através da elaboração da composição analítica de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preço unitário do serviço, utilizando preços de insumos extraídos do SINAPI e, quando não encontrados, obtidos conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 23º da Lei 14.133/2021.

8.3 Preliminarmente, com base nas contratações anteriores, estimamos em **R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)** o valor de referência da contratação ora pretendida.

8.4 FONTE ORÇAMENTÁRIA

TABELA 1 - FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			exercício corrente (R\$)
INVESTIMENTO	Obra de ampliação e reforma do fórum de Vilhena/RO	RO ACARVIL	R\$ 650.000,00
TOTAL POR EXERCÍCIO FINANCEIRO			R\$ 650.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NAO DA CONTRATAÇÃO

9.1 Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

9.2 Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto a contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, é o que adverte o Tribunal de Contas da União:

“É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.”

9.3 Desta forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4 Ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

9.5 Por fim, não resta dúvida de que se trata tecnicamente de objeto único por serem intervenções para reformas, adequações, readequações e modernizações em uma única edificação, padronizando por meio de projetos técnico-executivos completos e interdependentes.

9.6 COTA EXCLUSIVA / PARCELAMENTO DO OBJETO PARA ME e EPP

9.6.1 O valor estimado para a licitação é superior ao limite estabelecido no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, portanto, a licitação não será de participação exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte.

9.6.2 Por fim, nos termos da análise acima, os serviços não são considerados divisíveis e, portanto, não se enquadram na previsão do inciso III do Art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

10.1 Geração de resíduos sólidos comuns às obras de construção civil, com previsão contratual de destinação nos termos da Resolução CONAMA n. 307/2002.

11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.1 A partir dos levantamentos técnicos em relação à demanda suscitada no DFD, bem como dos estudos de soluções técnicas existentes no mercado, pode-se declarar que a solução técnica proposta no presente ETP tem viabilidade técnica e econômica, como também que atende adequadamente a necessidade concreta da unidade demandante.

11.2 Ademais, a viabilidade da presente contratação justifica-se, uma vez que a solução apontada atende plenamente às necessidades da Administração e está perfeitamente adequada ao mercado, visto que as condições e exigências previstas para o objeto não restringem a participação na licitação.

11.3 Além disso, a contratação está alinhada aos objetivos contidos no planejamento estratégico do TRE-RO e prevista no Plano Anual de Contratações.

0001030-08.2023.6.22.8000

1051913v4



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Técnico Judiciário**, em 24/08/2023, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PIMENTEL, Assessor(a) Chefe Substituto(a)**, em 30/08/2023, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.